



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/11/2016 - Convergência Digital

Leonardo Euler de Moraes entra no lugar de Rodrigo Zerbone na Anatel

O governo indicou Leonardo Euler de Moraes para a vaga de Rodrigo Zerbone, na Anatel, cujo mandato de cinco anos se encerra nesta sexta, 4/11 – e que, indicado ainda pelo petista Paulo Bernardo, não foi reconduzido. A indicação foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta, 3/11.

Funcionário de carreira da agência - o primeiro com esse status a ser indicado para o Conselho Diretor, o é chefe da assessoria técnica da Anatel, que coordena

as assessorias dos gabinetes dos conselheiros. É ainda, na prática, a face da agência no Congresso Nacional.

É o mais frequente representante do regulador no Parlamento, inclusive em tratativas legislativas, entre elas, a negociação para a aprovação do PL 3453, ainda este ano e que permitirá acelerar a mudança no modelo de Telecomunicações.

03/11/2016 - Convergência Digital

Receita de serviços de telecom desaba e fica em R\$ 125,08 bilhões

O mercado brasileiro de serviços de telecomunicações faturou US\$ 40,35 bilhões, ou R\$ 125,08 bilhões, em 2015, informa o estudo Brazilian Total Telecommunications Services Market, da Frost&Sullivan. Segundo ainda a consultoria, a crise econômica e política, os desequilíbrios regulatórios para as pequenas operadoras, os altos encargos tributários para os serviços e as limitações de custo e espectro dos serviços de banda larga travaram o crescimento do mercado brasileiro.

"Nós vimos uma queda de 31,4% na receita no ano passado neste mercado devido à depreciação da moeda local", explica Carina Gonçalves, analista de indústria de transformação digital da Frost & Sullivan. "No entanto, podemos esperar um crescimento moderado nos próximos anos, com receita estimada de US\$ 46,99 bilhões para 2021, impulsionada principalmente pela crescente penetração da TV paga e banda larga, aumento da competitividade, aumento de combos multi-play e serviços de valor agregado (SVAs) e investimentos em infraestrutura para a expansão de redes de fibra óptica e redes de banda larga móvel", acrescenta a especialista.

O estudo mostra que, enquanto a receita de serviços de dados móveis, fiber-to-the-home (FTTH) e Internet protocol television (IPTV) tiveram um crescimento de dois dígitos em relação a 2014 (30,0%, 90,8%,

58,1%, respectivamente), as receitas de voz fixa e móvel apresentaram queda significativa de 11,1% e 4,6%, respectivamente.

As causas destas quedas estão relacionadas com a diminuição das taxas de terminação móvel, as iniciativas de redução de custos por parte dos consumidores e das empresas devido à situação econômica, bem como a substituição por outros tipos de comunicação, tais como mensagens e soluções unificadas de comunicação e colaboração.

Para Carina Gonçalves, empresas como Algar Telecom, Level 3 e Orange Business crescem acima do mercado por terem traçado uma estratégia voltada ao atendimento ao cliente e a aposta em serviços inovadores. "É provável que os provedores de serviços encontrem mais oportunidades de crescimento em mercados menos penetrados, como a TV paga e a banda larga fixa e móvel, com o surgimento de pequenas associações de TV a cabo e provedores de serviços de Internet (ISPs) no mercado brasileiro", preconiza a analista da Frost&Sullivan.

"Além disso, a adoção de serviços over-the-top também está aumentando, estimulando o reposicionamento de preços dos serviços tradicionais. Dados e demanda por serviços de conectividade móvel são os principais motores para a maioria dessas forças competitivas", finaliza Carina Gonçalves.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Coletivo negro de medicina emite nota contra a Rede Globo

O Coletivo Negrex emitiu nota de repúdio ao programa Fantástico, da Rede Globo, pela reportagem sobre cotas que foi ao ar no dia 16 de Outubro, domingo. Segundo o coletivo, “a reportagem foi um grande desserviço a toda mobilização e luta do povo negro para ocupar um espaço que lhe é de direito nas universidades”. Veja abaixo a nota na íntegra:

É com grande indignação que o coletivo NegreX de estudantes negras e negros da Medicina repudia, por meio desta, a reportagem acerca de fraudes no sistema de cotas em instituições públicas de ensino superior, exibida no dia 16 de outubro de 2016 pelo programa Fantástico da emissora Rede Globo. Extremamente tendenciosa, a reportagem se utilizou do mito da democracia racial para tratar o problema das fraudes nas cotas raciais como irremediável, respaldando a afroconveniência de estudantes fraudadores, bem como, questionando a validade das denúncias realizadas.

A reportagem foi um grande desserviço a toda mobilização e luta do povo negro para ocupar um espaço que lhe é de direito nas universidades. Os responsáveis pela lamentável matéria jornalística parecem ignorar o cerne da existência das cotas raciais, o qual reside na reparação histórica por séculos de um regime escravocrata que, ainda hoje, se reflete no estado de fragilidade socioeconômica no qual a maior parte da população negra se encontra.

A reportagem expõe e culpabiliza, de maneira altamente irresponsável e desleal, uma mulher negra, líder quilombola, por assinar documentos sobre a habitação dos estudantes fraudadores. Tal exposição, além de tirar o foco dos verdadeiros infratores (isto é, quem fraudas as cotas se fazendo passar por quilombola), coloca a líder e todo o seu quilombo em uma situação de maior vulnerabilidade e insegurança.

Além disso, para compor a reportagem, jornalistas

da referida emissora requisitaram entrevistas com integrantes deste coletivo, que tiveram a oportunidade de colocar seu posicionamento. A despeito desse encontro, houve ocultação de boa parte das falas dos estudantes negros entrevistados e o seu tempo de exibição foi irrisório. Essa edição de conteúdo se configura em silenciamento, retirando a voz dos que se pronunciaram, sobretudo quando associada ao destaque dado para pessoas brancas e juristas que se mostram contra a existência de comissões avaliadoras e que não questionam as brechas da autodeclaração.

Não restam dúvidas de que estamos diante de uma mídia racista, golpista e parcial. A dificuldade de se identificar quem é negro por conta da miscigenação do país deixa de existir no momento em que a polícia decide quem vai levar o tiro. A dificuldade deixa de existir no momento em que se escolhe quem vai ser contratado para o emprego. A dificuldade deixa de existir no momento em que nós, universitários negros e negras, olhamos a nossa volta e não vemos com a frequência que deveríamos nossos iguais, porque tiveram seus espaços de direito ocupados por pessoas brancas incapazes de reconhecer seus próprios privilégios.

Quando falam ‘abaixo a corrupção’, sejam coerentes. Comecem denunciando quem fraudas um direito. Quando dizem ‘não sou racista’, sejam coerentes. Comecem sendo aliados da luta do povo negro por reparação histórica.

Quantos negros tem na sua sala? Quantos deveriam ter?

É preciso defender a permanência da política de cotas raciais sempre e sua execução de maneira justa. O problema das fraudes nas cotas raciais EXISTE e nós não nos calaremos!

Portal Vermelho, 26 de outubro de 2016



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/11/2016 - Telesíntese

Justiça dos EUA processa AT&T-Directtv por cartel em TV paga

Mal a AT&T anuncia a sua intenção de compra dos estúdios Time Warner, que têm pelo menos cinco canais de TV a cabo com altíssima audiência, o Departamento de Justiça norte-americano ingressa com uma ação contra a operadora e sua empresa de TV por assinatura, a DirectTV, com denúncia de cartel, por um caso que de fato ocorreu antes da fusão das duas empresas.

O departamento de Justiça dos Estados Unidos ingressou ontem, 2, com um processo de denúncia de cartel contra a operadora de TV paga DirecTV que teria firmado acordo com seus concorrentes para evitar que o canal que transmite jogos do maior time de baseball de Los Angeles – os Dodgers – não fosse distribuído em todo o estado da Califórnia. Embora esse acordo tenha sido feito pela operadora de cabo antes de sua aquisição pela empresa de telecom, analistas norte-americanos já veem como o primeiro recado de que a aquisição da Time Warner, no valor de US\$ 85 bilhões pela AT&T, sofrerá muitos percalços.

O cartel teria sido construído junto com as operadoras Cox Communications e Charter Communications e a AT&T, que teria recusado carregar o canal

SportsNetLa. A ação alega que as quatro empresas se envolveram em conduta ilegal, dividindo informações privilegiadas entre si para ganhar melhores condições de negociação com a Time Warner Cable, a detentora dos direitos do canal de TV paga. Com isso, alega o Departamento de Justiça, mais de um milhão de telespectadores do sul da Califórnia ficaram sem a chance de assistir ao time jogar.

AT&T alegou que sua decisão de não transportar esse canal se deveu ao fato de que ele iria custar mais US\$ 5 a cada assinante por mês. A Cox Communications disse que toma suas decisões de maneira independente e a Charter Communications não se pronunciou. (com agências internacionais).

03/11/2016 - Telesíntese

Se o País está quebrado, por que empresta ao FMI?, questiona professor

Em um comentário nas redes sociais, o cientista político Robson Sávio Reis Souza, professor da PUC-MG, afirmou que a notícia de que o Banco Central, presidido por Ilan Goldfajn, irá emprestar US\$ 10 bilhões ao FMI, é uma demonstração de que o país não está falido como propaga os golpistas.

"Pense bem: o governo diz que a PEC 241 (agora 55, no senado), é necessária porque o país precisa economizar dinheiro. Que o país está em dificuldade financeira e por isso deve poupar. Então, se o Brasil está quebrado e com dificuldades financeiras, por que está emprestando 10 bilhões ao FMI?", questiona.

Segundo Sávio, o governo propaga a tese de que "estamos quebrados", mas o país tem, de acordo com o próprio Banco Central, de 375 bilhões de dólares, o que equivale a cerca de R\$ 1,12 trilhões.

"A justificativa para aprovação da PEC 241, que poupa os ricos e sacrifica os pobres, era que o país estava falido. A PEC dos golpistas é para roubar dinheiro do povo e transferir para banqueiros, especuladores e rentistas: parte da turma que financiou o golpe", completa.

Do Portal Vermelho, com informações do Brasil
247

03/11/2016 - Vermelho

Como fez Dilma, Temer abre crédito de R\$ 82 milhões e TCU não vê crime



Enquanto propaga a tese de que o governo da presidenta Dilma Rousseff "quebrou o Brasil", o governo de Michel Temer (PMDB) editou uma medida provisória, publicada nesta quinta-feira (3) no Diário Oficial, para liberar R\$ 82 milhões para a Câmara dos Deputados, o Superior Tribunal de Justiça, a Justiça Federal, a Justiça Militar da União, a Justiça do Trabalho e a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Vale lembrar que o pedido de impeachment aceito e aprovado pelo Congresso Nacional teve como base a edição de decretos com aumento de despesas sem passar no Congresso. A prática também foi condenada pelo TCU nas contas da presidente em 2014.

Agora, com a efetivação do golpe, o Temer "consultou" o Tribunal de Contas da União (TCU) se poderia liberar a verba extra e o TCU, que emitiu parecer recomendando a reprovação das contas da presidenta Dilma -, aprovou a conduta.

Do total de réditos liberados, a Câmara ficará com R\$ 24 milhões destinados a atividades como processo legislativo, fiscalização e representação política. No STJ, R\$ 9,8 milhões serão aplicados na apreciação e

juízo de causas. A Justiça Federal e do Trabalho contarão com recursos para atividades como julgamento e processamento de causas.

De acordo com a legislação brasileira, a abertura de crédito extraordinário por meio de medida provisória só pode ocorrer para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Em maio deste ano, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou, em decisão liminar que barrou crédito extraordinário de R\$ 100 milhões para comunicação institucional e publicidade, por considerar que tais gastos não são 'imprevisíveis ou urgentes'. Segundo o entendimento do próprio ministro, a abertura de crédito extraordinário somente poderia ser feita em casos de 'despesas decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, que compõem o parâmetro estabelecido no artigo 167, § 3º, da Constituição'.

"A abertura do crédito extraordinário, fora das hipóteses constitucionais, fatalmente, acarretará dano irreparável ao erário", afirmou ele na época.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

03/11/2016 - Vermelho

Iberê Martí : A PEC 241 (55) é o Brasil em liquidação

Quando alguém é muito “caô”, “prosa ruim”, etc., as pessoas dizem, “o cara é um 241”. No código penal é “o registro de um nascimento inexistente”. A PEC 241 (na Câmara Federal), que agora é 55 no Senado Federal, é o maior 241 da história do Brasil. Estão registrando uma “crise”, para justificar o “inexistente”. E o pano de fundo dessa PEC (Proposta de Emenda a Constituição) é o fim dos serviços públicos no Brasil: educação, saúde e assistência social. Vamos analisar a história.

Na década de 1990 foi realizadas “privatizações” (questionáveis e generosas) no Brasil, e setores estratégicos para o desenvolvimento do País “doados”: setor de minas e energia; setor de telecomunicação; bancos públicos [estaduais]. Mas antes de privatizar, principalmente os setores de energia e telecomunicação, foi feito grandes investimentos em infraestrutura – através do Estado brasileiro – nos mesmos. A formula é antiga: o estado investe seu capital em infraestrutura; depois reduz o investimento em manutenção e serviços; e por fim, se doa ao setor privado, a preços bem aquém que os investimentos feitos, e muitas vezes as “empresas compram” tomando créditos de bancos públicos. (Quem quiser entender como se dá esse processo, recomendo a leitura de O Brasil Privatizado, de Aloysio Biondi, e a tese A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, de Dorival Gonçalves Junior).

A PEC 55 (241) é de se causar espanto por diversos motivos. Entre eles, por paralisar o investimento durante duas décadas, sendo que medida semelhante nunca foi tomada em nenhum outro lugar que se tenha notícia no mundo. Outro fator é o repúdio vindo de diversos e plurais segmentos da sociedade: Ministério Público Federal, economistas, professores e universidades, especialistas em educação e saúde, médicos, advogados, procuradores, entre outros. Ou seja, há uma unanimidade contrária a PEC 55 (241), ou que no mínimo duvide de seus efeitos positivos e sua necessidade. Chama também atenção à velocidade com que são feitas as votações e várias vezes quebrando procedimentos padrões e aspectos técnicos e legais. (Inclusive os técnicos consultados são contrários à PEC).

Neste momento é importante lembrar-se da crise que a USP (Universidade de São Paulo) passou nos últimos anos. E observar que foi uma crise orquestrada. Nos últimos 25 anos a USP multiplicou seu número de alunos e cursos. Entretanto, esse crescimento não foi acompa-

nhado em seu orçamento, em seu número de professores e técnicos. Ou seja, foi precarizando e mercantilizado esses serviços. (Tudo sob a tutela do maestro José Serra, especialista nestes assuntos entreguistas desde a década de 1990 durante o governo de políticas neoliberais de FHC, e coincidentemente articulador do “golpe” e atual ministro de Relações Exteriores!).

Nos últimos cinco anos as universidades públicas federais aumentaram em muito seus cursos, e consequentemente número de alunos. Também a União aumentou significativamente seu investimento em infraestrutura nessas mesmas universidades. Existem diversos cursos novos, com turmas sem quadro completo de professores e sem alunos formados, ainda. Estancar o investimento em educação para as próximas duas décadas significa estrangular essas universidades. O mesmo serve para saúde, assistência social, e demais serviços prestados pelo Estado brasileiro.

Em uma decisão política, após a crise de 2008, o estado brasileiro aumentou sua dívida, entretanto ainda está em números aceitáveis, para garantir investimentos em áreas estratégicas, e ao mesmo tempo promover justiça social, frente as nossas desigualdades históricas, as nossas mazelas e misérias. Importante ressaltar que esses recursos foram destinados principalmente à educação (ciência, tecnologia e inovação), saúde, agricultura e assistência social. No caso da educação é um investimento a médio e longo prazo. Ou seja, a vida em sociedade é feita de decisões políticas, se vamos investir em escolas ou se vamos gastar em presídios, é uma decisão política. Resumindo, é o estado quem decide por políticas “anticíclicas” ou por medidas de “austeridade” (neoliberais).

As políticas neoliberais nunca se preocuparam com outra coisa a não ser dinheiro, lucro e ganância, no caso brasileiro dominado por rentistas e pelo capital especulativo. (Fracassaram na década de 1990 aqui no Brasil, e também em países como a Argentina). O setor de serviços brasileiro é visado há décadas pelo capital internacional, e pelo jeito é a bola da vez. Como o programa político dos neoliberais não consegue vencer nas urnas, resolveram implementar à sua maneira, com um golpe de estado.

Sejam todos bem vindos aos anos 1990, e em um futuro breve, a Idade Média Tropical!